



Universidade Federal do Pará
Centro de Ciências Agrárias
Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar - NEAF
Programa de Pós-graduação em Agricultura Amazônica - MAFDS

Nº. 004

**A LUTA PELA TERRA NO NORDESTE DO PARÁ:
ANALISE DA AÇÃO SINDICAL NA OCUPAÇÃO
DE UMA AGROINDUSTRIA NO MUNICÍPIO DE
SÃO FRANCISCO DO PARÁ**

Romier da Paixão Sousa

2004

**A LUTA PELA TERRA NO NORDESTE DO PARÁ: ANÁLISE DA AÇÃO SINDICAL
NA OCUPAÇÃO DE UMA AGROINDÚSTRIA NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO
DO PARÁ¹**

SOUSA, Romier da P.²

RESUMO

O tema da Reforma Agrária sempre esteve presente de uma forma mais ou menos intensa nas discussões sobre a questão agrária desde os anos 20 no Brasil. A partir do fim da Ditadura Militar, ocorridas em 1985, intensificou-se a luta pela terra no Brasil, através das ocupações, como forma de pressão ao estado buscando assim, a desapropriação das áreas ocupadas. Percebeu-se uma reorganização dos movimentos sociais rurais após este período. O texto ora apresentado visou compreender o processo de luta pela terra empreendida por trabalhadores rurais, através da organização sindical no município de São Francisco do Pará.

PALAVRAS CHAVES: Reforma Agrária; Assentamentos; Luta pela terra, ação sindical, Nordeste do Pará.

ABSTRACT

The agrarian reform has always been present in the discussions about the agrarian matter since the 1920s in Brazil. From the end of the military dictatorship in 1985 on, the fight for land and the occupations have increased a lot, in order to put pressure on the State with the purpose of expropriating the occupied areas. There was a reorganization of the rural social movements after that time. This stud intends to comprehend this fighting process for land undertaken by rural workers through trade union organization in the city of São Francisco do Pará.

KEY-WORDS: Agrarian Reform, Settlement, Fight For Land, Trade Union Action, Pará Northeast.

¹ Este texto é baseado em um capítulo da dissertação de mestrado: Granja Marathon: a luta pela terra e a organização do trabalho em um assentamento rural no Nordeste do Pará, apresentada ao mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará em 2002.

² Engenheiro Agrônomo, Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável/NEAF/UFPA, Consultor da Associação Novas Propostas em Agroecologia na Amazônia – GTNA e Prof. do CESUPA. Endereço: Tv. Humaitá nº 2971. Marco – Belém/PA. CEP: 66095-220 Fone: (091) 226-2742. E-mail: romiersousa@ig.com.br.

INTRODUÇÃO

De acordo com MDA/INCRA (2001), de 1970-1984, foram assentadas 166.189 (cento e sessenta e seis mil, cento e oitenta e nove) famílias, grande parte deste montante em projetos de colonização dirigida pelo governo federal, que objetivava diminuir as tensões sociais, deslocando os trabalhadores rurais para áreas não ocupadas, especialmente na Amazônia. Este processo também ficou conhecido como a “Contra-reforma agrária” durante o Regime Militar (Martins, 1986). De 1985-1994 foram assentadas, 150.138 (cento e cinquenta mil, cento e trinta e oito) famílias e de 1995-1999 foram assentadas 373.220 (trezentos e setenta e três mil, duzentos e vinte) famílias no Brasil. Estes dois últimos períodos foram marcados pela reorganização dos movimentos sociais no campo e sua territorialização nacional, culminando em um aumento do número de assentamentos rurais no país. No Pará de 1964 a 2000 foram assentadas 98.805 (noventa e oito mil, oitocentos e oito) famílias em uma área de 6.214.303,42 ha (Treccani, 2001, p.443).

Para Guanzioli & Cardin (2000), a elevação do número de agricultores assentados foi um dos fatores que realimentaram a discussão sobre o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro. No entanto, Medeiros (2002, p.01) ressalta que “o tema da reforma agrária está presente no debate político nacional, de maneira mais ou menos intensa, pelo menos desde a década de 20, assumindo formas e significados diferenciados”.

A história de luta utilizada como base empírica para este estudo, situa-se no Município de São Francisco do Pará (FIGURA 01), pertencente a Mesorregião do Nordeste Paraense³ e à Microrregião Bragantina.

³ A mesorregião do Nordeste Paraense é composta por 5 micro-regiões (Bragantina, Cametá, Guamá, Salgado e Tomé-açu) abrangendo 45 municípios (IBGE, 2000).

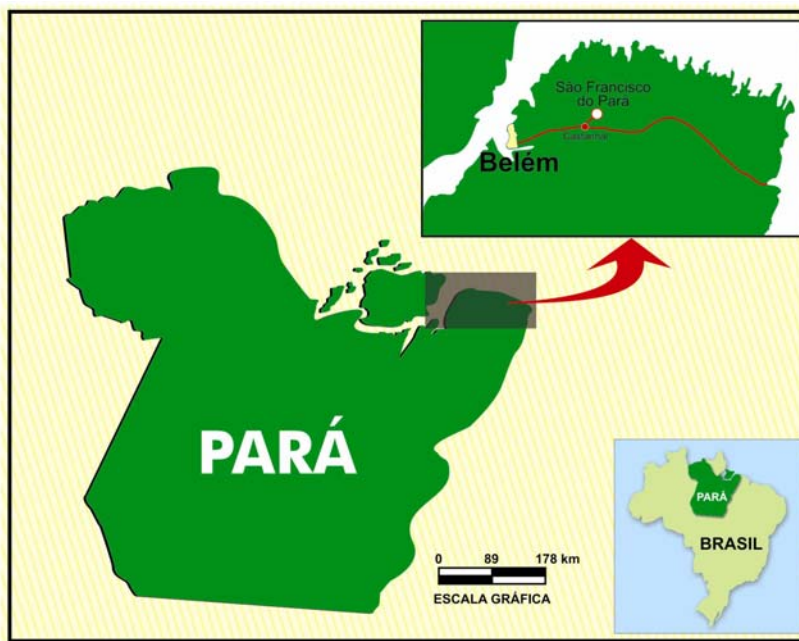


FIGURA 01 – Localização do município de São Francisco do Pará

A área onde ocorreu o processo de luta pela terra no município hoje se configura o Assentamento rural Luiz Lopes Sobrinho, localizado no Km 30 da Rodovia PA-242 Castanhal/Igarapé Açu, com capacidade para assentar 223 famílias em uma área de 4.463,78 ha. Este nome dado ao Assentamento foi decidido em Assembléia Geral no período da ocupação à área. Luiz Lopes Sobrinho (1910 – 1996 +) foi sindicalista, presidente do STR de São Francisco do Pará entre os anos de 1984 e 87, um dos principais articuladores no Estado pela gratuidade da passagem intermunicipal para idosos, presidente da Associação dos Idosos do Município, grande liderança local. Faleceu aos 87 anos, de morte natural, duas semanas depois da ocupação da Empresa Paracrevea Borracha Vegetal S. A., ação que ajudou a planejar juntamente com os demais sindicalistas do Município.

A pesquisa foi realizada no período de agosto de 2001 à março de 2002. Realizou-se entrevistas com informantes chaves⁴ dentro do Assentamento, e lideranças das associações, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco do Pará - STRSFP, buscando entender a história passada de luta pela terra no município. Foram consultadas ainda informações secundárias, como documentos da antiga Empresa Paracrevea e bibliografias sobre a região.

⁴ Pessoas mais idosas e que acompanharam o processo de ocupação da área; pessoas que detinham o conhecimento mais acentuado dos recursos naturais do assentamento e conheciam sua história de utilização e formação dos sistemas de produção atuais.

A REFORMA AGRÁRIA PÓS - REGIME MILITAR NO BRASIL

Segundo Veiga (1984), houve no século XX quatro grandes períodos onde ocorreram inúmeras agro-reformas no mundo. O primeiro foi marcado por duas longas guerras camponesas - a do México e da Rússia, sendo que houve desfechos totalmente diferentes entre as duas, pois no primeiro caso a queda da oligarquia latifundiária deu origem à dominação burguesa e o segundo foi marcado pela ascensão dos camponeses aliados aos operários e soldados ao poder, dando origem ao primeiro sistema econômico socialista do mundo.

O segundo período deu-se com a vitória das forças democráticas na grande guerra contra o Nazismo, expandindo o Socialismo pelo Leste Europeu e nos Balcãs, havendo ainda a revolução chinesa e a expulsão dos franceses do Vietnã, culminando na formação de dez repúblicas populares, aonde o campesinato chegou ao poder em aliança com os trabalhadores da cidade. Na década de 50, originou-se uma terceira onda de reformas, principalmente nos países islâmicos do Oriente Médio e do Norte da África, assim como na Índia.

Na América Latina, onde o capitalismo já decolara no período compreendido entre as duas guerras mundiais, é que ocorre o quarto momento agromodernista, sobretudo nos anos 60. Somente em Cuba a reforma esteve inserida num processo global de revolução socialista (Veiga, 1984).

No Brasil, intensificaram-se as discussões sobre a necessidade de uma reforma agrária a partir da década de 50, onde vários setores da sociedade iniciaram um debate sobre sua importância para o desenvolvimento nacional.

Stédile (1997) resume as discussões, acerca de tal tema, em quatro grandes correntes de pensamento: “uma reforma agrária antifeudal”, defendida por intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Apontavam resquícios do feudalismo na realidade agrária brasileira e propunham uma aliança entre camponeses, a burguesia de origem comercial e industrial para a realização de uma reforma agrária; “uma reforma agrária para desenvolver o mercado interno e uma economia nacional”, defendida principalmente pelos intelectuais cepalinos⁵, que apontavam a mudança na estrutura fundiária nacional como uma saída para a construção de um mercado consumidor interno de bens duráveis, através da transformação de camponeses pobres em proprietários capazes de absorver uma produção industrial capitalista; “uma reforma agrária

⁵ Estudiosos dos problemas na América Latina, pertencentes a Comissão Econômica para a América Latina da Organização das Nações Unidas (CEPAL).

como viabilização do ideal cristão de justiça social e pequena propriedade”, baseada na doutrina cristã de fraternidade e direito ao acesso à terra como um camponês cidadão; e, finalmente, “uma reforma agrária anticapitalista”, defendida por Caio Prado Júnior que, contrário a tese defendida pelo PCB, apontava para uma possível destruição do modo de produção capitalista e consequentemente da burguesia (Stédile, 1997, p. 15)

Antes de 1964, a reforma agrária constituía um dos pilares do projeto desenvolvimentista. Considerava-se a distribuição de terras um pré-requisito necessário ao desenvolvimento econômico do país. Segundo Ricardo Abramovay:

“A premissa na qual se fundamentava esse raciocínio era de que, uma vez esgotadas as possibilidades de industrialização, pela substituição de importações, seria preciso ampliar o mercado interno, fazendo uma reforma agrária. Com isso, a renda se elevaria, aumentando o consumo de bens industriais na agricultura e ao mesmo tempo, fazendo crescer a produção agrícola para a cidade, resultando num rebaixamento do valor da força de trabalho e no incremento no ritmo da acumulação de capital” (1986 p.13).

Mas, a Ditadura Militar se encarregou de mostrar o contrário, através do seu plano de desenvolvimento econômico, seguindo a linha neoclássica de desenvolvimento. Logo ficou evidente que o desenvolvimento capitalista podia prescindir de distribuição de terras (Veiga, 1994). Para Abramovay (1986), de fato, depois de 1964 o capitalismo do Brasil se desenvolveu como nunca anteriormente, e este desenvolvimento, na própria agricultura, foi mais acelerado do que em qualquer outro momento da história, sem reforma agrária.

Na história recente do Brasil, mais precisamente a partir do fim da Ditadura Militar, a idéia de reforma agrária recolocou-se na arena das discussões políticas e daí passou a compor a agenda do governo, impulsionada pelos conflitos recentes da década de 70 e pelos acampamentos e ocupações ocorridos no início da década de 80 (Ferreira, 1994 ; Medeiros & Leite, 1997)

Fernandes demonstra em seu artigo “Brasil: 500 anos de luta pela terra” como se desenvolveu o capitalismo na agricultura brasileira:

”No campo, o avanço do capitalismo fez aumentar a miséria, a acumulação e a concentração da riqueza. Esse processo transformou o meio rural com a mecanização e a industrialização, simultaneamente à modernização tecnológica de alguns setores da agricultura. Também expropriou, expulsou da terra os trabalhadores rurais, causando o crescimento do trabalho assalariado e produzindo um novo personagem da luta pela terra e na luta pela Reforma Agrária: o bóia-fria” (2000).

Para Fernandes, no nosso país, a Reforma Agrária é uma política recente, comparada ao processo de formação do latifúndio e da luta pela terra:

“A luta pela Reforma Agrária ganhou força com o advento das organizações políticas camponesas, principalmente, desde a década de cinquenta, com o crescimento das Ligas Camponesas. Todavia, a luta pela terra é uma política que nasceu com o latifúndio. Portanto, é fundamental distinguir a luta pela terra da luta pela Reforma Agrária. Primeiro, porque a luta pela terra sempre aconteceu, com ou sem projetos de Reforma Agrária. Segundo, porque a luta pela terra é feita pelos trabalhadores e na luta pela Reforma Agrária participam diferentes instituições”. (2000).

Na realidade, a diferenciação da luta pela terra da luta pela Reforma Agrária é fundamental, porque a primeira acontece independentemente da segunda. Todavia, as duas são interativas.

Durante séculos, os camponeses desenvolveram a luta pela terra sem a existência de projeto de Reforma Agrária. A luta pela Reforma Agrária é uma luta mais ampla, que envolve toda a sociedade. A luta pela terra é mais específica, desenvolvida pelos sujeitos interessados. A luta pela Reforma Agrária contém a luta pela terra. A luta pela terra promove a luta pela Reforma Agrária (Fernandes, 2000).

De acordo com o dicionário Aurélio, “luta” significa “antagonismo entre forças contrárias, conflito” (Ferreira & Teixeira, 1988, p. 403). Neste sentido, o estudo da categoria luta como componente do entendimento da disputa pela terra no Brasil, remete ao estudo do antagonismo entre as forças que integram o meio rural. Buscou-se elementos de qualificação deste conceito no intuito de compreender o papel dos agricultores familiares e ex-assalariados rurais que lutaram pela conquista da terra em São Francisco do Pará e lutam por sua manutenção nesta, através da organização sindical, da produção de alimentos para o consumo, da comercialização e da resistência às dificuldades cotidianas.

Medeiros (1989, p. 11), fala em “desafio” ao estudar a história de lutas dos trabalhadores rurais, no sentido da difícil recuperação dos registros e da própria trajetória destes trabalhadores que “explorados, subordinados politicamente aos grandes proprietários, excluídos dos mais elementares direitos políticos e sociais” passam a ter dificuldades em preservar sua memória social.

A categoria luta é percebida por Medeiros (1989), no sentido da resistência empreendida pelos camponeses, como a luta dos posseiros, dos assalariados, dos arrendatários, dos trabalhadores rurais, pela permanência na terra, dos trabalhadores rurais sem-terra, que em diferentes contextos históricos buscaram sua afirmação enquanto categoria social e política no Brasil:

“Uma das marcas notáveis da vida política brasileira nos últimos quarenta anos foi a emergência dos trabalhadores rurais na cena política, constituindo-se progressivamente como sujeitos sociais, numa trajetória descontínua, marcada por avanços e recuos, vitórias e derrotas. Num processo tenso..., eles marcaram sua presença através de grandes manifestações coletivas – encontros, atos públicos, greves, acampamentos, ocupações de terra – que trouxeram à luz grupos sociais diferenciados, portadores de reivindicações distintas, mas que tinham algo em comum: o questionamento do lugar que lhes fora imposto no interior da sociedade” (1989, p. 211)

A dimensão eminentemente política da luta pela terra, evidenciada, especialmente, em ações coletivas envolvendo segmentos diversos dos trabalhadores rurais, tem como substrato todo um conjunto de relações sociais e econômicas, cuja influência se revela não apenas nas formas de organização, mas, também, no próprio conteúdo das reivindicações e na natureza do projeto de reforma agrária defendido (Araújo, 1997).

A REORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO

Quando estudamos historicamente a estrutura fundiária no Brasil, ou seja, a forma de distribuição e acesso à terra, verificamos que desde os primórdios da colonização essa distribuição foi desigual. “Primeiro foram as capitanias hereditárias e seus donatários, depois foram as sesmarias. Estas formas de propriedade estão na origem da grande maioria dos latifúndios do país, fruto da herança colonial” (Oliveira, 1994, p.55).

Oliveira, ainda argumenta que:

“Se a concentração fundiária tem suas raízes históricas, igualmente as relações de trabalho no campo também as têm. Como sabemos, a escravidão foi a primeira forma generalizada de relação de trabalho no campo brasileiro. Junto com ela também se desenvolveu o trabalho camponês” (1994, p.62).

As péssimas condições de vida e trabalho no meio rural brasileiro, beirando a barbárie, influenciaram decisivamente no “agravamento dos conflitos fundiários em praticamente todas as regiões do país” (Bauer, 1995, p.71).

Ao analisar a história humana, deparamo-nos constantemente com o surgimento de movimentos sociais que, por sua natureza, imprimem um caráter de urgência na adoção de normas ou regras jurídicas as quais possam regulamentar e, por conseqüência, legitimá-los.

Os movimentos sociais surgem a partir da insatisfação de segmentos da sociedade com a realidade vigente o que é, via de regra, causada pela “opressão dos grupos sociais detentores do

poder sobre os grupos socialmente subordinados, subalternos, minorias, entre outras denominações” (Varella, s/d).

Para Scherer-Warren, movimento social é:

“Uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção)” (1987).

A análise dos movimentos sociais, sob o prisma marxista, refere-se a processos de lutas voltados para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sóciopolítico e cultural. Gohn (1997, p. 171), destaca que não se trata do estudo das revoluções em si, também tratado por Marx e alguns marxistas, mas o processo de luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação. “As teorias marxistas sobre os movimentos sociais não abandonaram a problemática das classes sociais. Ela é utilizada para refletir sobre a problemática das mesmas” (Gohn, 1997 p. 173)

Para Touraine, “os movimentos sociais são os mais importantes comportamentos coletivos”. Por outro lado, comportamento coletivo e movimentos sociais se distinguem pelo grau e pelo tipo de mudança que pretendem provocar no sistema, e pelos valores e nível de integração que lhes são intrínsecos.

Gohn (1997, p.145), afirma que “os movimentos sociais são sempre, em última análise, a expressão de um conflito de classes. Por outro lado, possuem duplo caráter: defensivos e contestatórios, isto é, contra-ofensivos”.

Scherer-Warren, porém, coloca que:

“O campo dos conflitos, em torno dos quais os movimentos sociais se organizam, vão sendo definidos historicamente. A historicidade dos conflitos pode ser, portanto, apresentada por meio de certa cronologia, se bem que esses processos tendem a ser cumulativos: novos conflitos surgem e os velhos são redefinidos e recontextualizados” (1999, p. 88).

No Brasil, diversos movimentos humanos marcaram a história, movimentos com caráter de independência, nitidamente agrários, como a Farroupilha, a Balaiada, a Cabanagem e Canudos, além de outros movimentos também importantes como a Revolução Liberal e a Confederação do Equador. Seus representantes são considerados hoje como heróis da história nacional, mas sob a ótica da época, eram bandidos, delinquentes, que queriam se insurgir contra

uma estrutura vigente e que pagariam com a vida pela sua desobediência, conflitos nos quais morreram dezenas de milhares de brasileiros (Varella, s/d.).

A quase totalidade dos movimentos populares rurais atuais no Brasil surgiu como resistência a um processo econômico e político que provocou a rápida modernização da agricultura.

"Os problemas vividos pela maioria da população rural, em particular os trabalhadores assalariados, os camponeses e suas famílias, por trás das várias formas de sua integração, exploração e marginalização, que aprofundam a desigualdade, não são devidos à falta de desenvolvimento, mas, pelo contrário, ao "sucesso" do modelo modernizador. Na verdade, a desigualdade e a exclusão no campo existiam desde antes do processo de modernização, mas através deste processo reproduziram-se em escala ampliada. A resistência dos trabalhadores rurais mostrou para a sociedade como um todo o caráter ao mesmo tempo antidemocrático e antiecológico de tal desenvolvimento" (Grzybowski, 1994, p. 290).

Na atualidade, presenciam-se diversos movimentos sociais em curso no Brasil, como o movimento ambientalista, feminista, operário, estudantil, entre muitos outros. Fatores como a redução do gasto público nas políticas sociais; descentralização administrativa e revalorização dos governos municipais; crescimento das demandas da população, em virtude da diminuição dos seus padrões de vida; falta de representatividade política dos setores populares; crescimento da confiança nas ONGs e nas associações comunitárias são apontadas como principais causas do surgimento dos movimentos sociais mais recentes. Dentre estes movimentos sociais, um dos mais importantes, devido à abrangências e gravidade da questão e do número de pessoas envolvidas, é o movimento social agrário (Varella, s/d.).

Neste movimento social agrário, no cenário das lutas no campo, impõem-se com força, as ações dos trabalhadores rurais sem terra.

O MST, na forma que existe hoje, surge em 1979, em Santa Catarina, e estende-se rapidamente para vários Estados do país nos anos 80, projetando-se nacionalmente nos anos 90. O crescimento do movimento demonstrou uma grande capacidade de liderança, um discurso que gerou coesão social entre segmentos que se sentiam marginalizados no meio rural. Seus dirigentes apoiaram-se numa *pedagogia popular* desenvolvida pela Igreja Católica ao longo dos anos 70 e 80, que articulava elementos místicos das práticas religiosas do homem do campo, com valores culturais do mundo rural e elementos de uma disciplinada produção apoiados numa rigidez organizativa. Fernandes demonstra como ocorreu o processo de territorialização do MST:

"O processo de territorialização do MST aconteceu por meio da construção do espaço de socialização política. Nas periferias das cidades, os sem terra organizados realizaram levantamentos das realidades

da luta pela terra nos municípios. Com o apoio da Igreja Católica, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e de partidos políticos, reuniram as famílias para refletirem sobre suas vidas e as perspectivas de vida e trabalho. Formaram organizações locais, analisaram as conjunturas políticas por meio da construção de conhecimentos e tomaram decisões para transformar os seus destinos. Esses trabalhos foram feitos pelos próprios sem terra, que têm na experiência de vida a história da luta. Dessa forma, dimensionam os espaços de socialização política e os transformam em espaços de luta e resistência” (1998).

Os espaços de luta e resistência são materializados na ocupação da terra. A ocupação é condição da territorialização. A terra conquistada é uma fração do território, onde os sem terra se organizam para promoverem um novo grupo de famílias que irá realizar uma nova ocupação, conquistando outra fração do território. Assim, a luta se renova e se amplia, territorializando-se. Dessa forma, os sem terra migram por todo o território nacional, plantando as raízes da luta e minando a concentrada estrutura fundiária (Fernandes, 1998).

O NORDESTE PARAENSE E OS ASSENTAMENTOS RURAIS

A realidade atual dos assentamentos rurais no Nordeste Paraense está relacionada ao processo de colonização desta região, a sua formação fundiária nos últimos anos e as conseqüências que estes fatores trouxeram à conjuntura desta meso-região.

Esta meso-região é heterogênea, tanto em relação ao seu meio biofísico, quanto como da forma de ocupação que se deu em seu território. É formada por cinco micro-regiões – Cametá, Tomé-Açu, Salgado, Guamá e Bragantina – tendo 45 municípios como componentes (IBGE,2000).

Pretendemos neste estudo, enfatizar especialmente o processo de evolução agrária das micro-regiões Bragantina e do Guamá, pelas suas complementaridades sócio-econômicas e ambientais.

Para Penteado (1967), a ocupação agrícola dirigida na Amazônia começou na região Bragantina e deu-se especialmente entre os anos de 1875 e 1914. Esta região, durante anos, permaneceu intocada. Com a política de colonização que garantia “condições de acesso a terra”, propiciou-se a vinda de imigrantes nordestinos para trabalhar no extrativismo da borracha, fazendo com que ocorressem intensas contradições e desequilíbrios que se revelam no que é hoje a região, parcialmente devastada pela ação do homem.

No entanto, Conceição revela que o objetivo da política de colonização da Bragantina era atrair migrantes europeus, semelhantemente ao processo ocorrido no Sul do País:

“A colonização da Bragantina resultou, aos olhos dos governantes que a puderam avaliar, o contrário do que eles objetivaram: ao invés de prósperos agricultores europeus, com suas saudáveis famílias a produzirem a fartura, nas proximidades da Capital, o tempo devolveu-lhes o plano preenchido por agricultores pobres ou remediados, que encontraram nas condições oferecidas pela Bragantina os meios de se reproduzirem como pequenos proprietários familiares” (1990, p. 266).

No espaço da colonização, foram fundidas as experiências européias, em números reduzidos; dos nativos, moradores dos sítios à beira dos rios; e dos nordestinos – “retirantes, numa alusão à viagem sem volta, de quem leva consigo tudo o que tem ou de cabeludos e flagelados pelo aspecto que chegavam a Capital”, fugidos da seca no Nordeste brasileiro ou retornados da experiência de seringueiros, após o período de grande exploração do extrativismo da borracha na Amazônia (Conceição, 1990, p. 266), formando-se assim a raiz do campesinato Bragantino.

“A Bragantina pela proximidade da capital, esteve a salvo do isolamento que marcou tantas outras experiências de colonização, sobretudo as dos núcleos coloniais em outros pontos do país por ter sido beneficiada pela existência da Estrada de Ferro e pela proximidade de Belém”(Conceição, 1994, p.50).

O objetivo principal da colonização dirigida era o incremento da produção agrícola, através da implantação de novas técnicas de cultivo trazidas pelos europeus, para suprir às necessidades dos moradores da Província e os trabalhadores dos seringais, porém o governo teve que se contentar com a farinha de mandioca, produzida, principalmente, por nordestinos, utilizando-se técnicas tradicionais, semelhantes às utilizadas pelos nativos da região (Egler, 1961; Conceição, 1990).

Com a utilização do “aviamento⁶”, houve uma concentração da riqueza na exploração do látex nos seringais, deixando os seringueiros cada vez mais miseráveis e descontentes com esta situação. Com a crise do extrativismo da borracha⁷ a partir de 1910 (Conceição, 1990; Homma, 2000), estes seringueiros foram abandonando a extração, obrigando o governo a implantar uma política de distribuição de terras nas vilas formadas no entorno da Estrada de Ferro de Bragança

⁶ Relação de produção existente entre o seringalista (aviador) e o seringueiro (aviado) que consistia no fornecimento dos gêneros alimentícios, vestuários, utensílios domésticos e instrumentos de trabalho pelo seringalista em troca da produção de látex realizada pelo seringueiro. Esta relação dava-se de forma monopolizada, onde o seringueiro mantinha-se prisioneiro do seu próprio processo de trabalho, realizado através do endividamento com o seringalista (Carvalho, 1984).

⁷ Ressalta-se que o período o qual ocorreu o extrativismo da borracha nesta região, diferencia-se histórica e sociologicamente do processo de exploração de borracha na Área da empresa Paracrevea Borracha Vegetal S/A, não havendo neste estudo uma correlação entre os dois momentos distintos.

(EFB). As famílias recebiam lotes de 25 ha, com objetivo de produzir para o consumo e vender o excedente (Conceição, 1990; Egler, 1961). Tal política fez com que a região Bragantina se tornasse a mais populosa do Pará na década de 50.

No período compreendido, entre os anos de 1960 e meados de 1980, com a escassez das matas, os agricultores, pressionados pela formação de grandes áreas de pasto, passaram a vender os seus lotes e migrar para os centros urbanos do interior ou da Capital. Daí se deu o início do processo de acumulação de terra por colonos migrantes e fazendeiros que começavam a chegar na região em busca de grandes áreas (Cardoso, 2000; IAAM/CERIS, 2000).

Cardoso ressalta que:

“O projeto agrário para as rodovias federais da região previa que as faixas de 6.600 m situadas em cada lado das estradas seriam reservadas para a instalação dos agricultores familiares em lotes de 24 ha ficando, para as fazendas, as áreas situadas além dessas faixas. Entretanto, o que se observou foi a expulsão dos agricultores familiares para áreas mais distantes, pois no bojo da política de ocupação da Amazônia a SUDAM através dos incentivos fiscais beneficiou os grandes proprietários, estimulando a expansão dos latifúndios improdutivos com base numa pecuária hiperextensiva” (2000, p.16).

A fauna existente começou a desaparecer em função do desmatamento para a implantação de pastos. A pecuária extensiva é a forma de expansão capitalista mais usada na Amazônia para a ocupação de novas terras. “A pata do boi”, juntamente com uma política de incentivos fiscais, definiu-se como uma atividade econômica e teve como resultado a concentração de terra para especulação, como reserva de valor (Conceição, 1994, p. 66).

A década de 80 foi marcada por grande êxodo rural, em decorrência da falta de transporte, crédito, educação precária e a pressão dos grandes projetos agropecuários, ficando apenas os que acreditavam na possibilidade de sobrevivência.

Para Cardoso (2000) o modelo de desenvolvimento aplicado na Amazônia favoreceu, através de estímulos fiscais, políticos e econômicos, a concentração de terras em larga escala, gerando graves conflitos sociais, além de grandes impactos ambientais.

A partir da segunda metade da década de 80 inicia-se, nas várias micro-regiões do nordeste paraense, a reorganização dos movimentos sociais, fruto do assenso nacional, provocado pelo fim da Ditadura Militar no país que culminou na retomada da maioria dos STRs e, conseqüentemente, da FETAGRI a partir de 1987. O movimento chamado de “novo sindicalismo” (Antunes, 1991), foi o principal protagonista de uma série de ações no campo, buscando a reorganização sindical através da construção política de uma base de trabalhadores rurais e pequenos agricultores no Estado.

A luta pela posse da terra na região do Nordeste paraense, deu-se em grande parte entre posseiros e grileiros. Este último, após a apropriação de grandes extensões de terras utilizando documentação falsa, expulsavam os agricultores que estavam há décadas nas áreas. Muitos dos assentamentos rurais, constituídos nesta região, foram criados a partir da regulamentação jurídica dos agricultores, que já viviam há anos nas localidades. Porém, este aspecto, não os isenta de terem passado por um processo de luta e conquista da terra, muitas vezes a custa de muitas mortes de pequenos agricultores e lideranças sindicais (Cardoso, 2000; Vasconcelos, 2000).

Outros assentamentos rurais foram conformados a partir das ocupações das áreas, realizadas por famílias geralmente organizadas em um movimento social, que após um longo período de resistência conseguem a posse da terra (Vasconcelos, 2000; Cardoso, 2001; Andrade et al, 1999).

Medeiros (1989) aponta os acampamentos e as ocupações de terras como mecanismos de luta pela terra, utilizadas como forma de pressão sobre o governo para apressar a desapropriação das áreas em disputa.

A trajetória histórica desta região possui elementos de tensões sociais que servem como base para a explicação das mudanças ocorridas na vida dos agricultores familiares, tanto no sentido sócio-econômico, quanto no aspecto técnico e ambiental, dando-lhes possibilidade de perceber a evolução da estrutura agrária e a modificação da paisagem rural.

A LUTA PELA TERRA EM SÃO FRANCISCO DO PARÁ

São Francisco do Pará possui uma dinâmica agrária semelhante a maioria dos municípios do Nordeste do Pará, principalmente das micro-regiões Bragantina e do Guamá, onde as grandes e médias propriedades rurais encontram-se às margens das rodovias (estaduais e federais), enquanto os pequenos agricultores têm seus lotes no interior dos ramais que não são pavimentados e de difícil tráfego nos períodos chuvosos (Sousa, 2002).

As atividades agropecuárias que se destacam são: a pecuária extensiva (grandes fazendeiros), a cultura da pimenta-do-reino (grandes, médios e pequenos agricultores), fruticultura e horticultura (médios e pequenos agricultores) e roças (pequenos agricultores), (IAAM/CERIS, 2000).

A trajetória de ocupação da terra foi contada por diversos agricultores, que a partir de relatos orais, reconstruíam seu passado e sua vida cotidiana ao longo dos anos vividos nesta região. Procurou-se juntar estas peças, como um quebra-cabeça para construir o entendimento necessário sobre o presente no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho.

A primeira ocupação da área onde hoje configura-se como assentamento, deu-se por volta de 1935, em função da ferrovia Belém/Bragança, que facilitava o escoamento de produtos agrícolas. Esta ocupação deu-se com um engenho e um plantio de cana-de-açúcar, que ocupava parte do território, sendo o restante constituído de terras devolutas. O engenho era conhecido como “Granja Eremita”, pertencente a um senhor conhecido por Major Barros⁸. O engenho contratava como mão-de-obra, na época, moradores das vilas próximas e migrantes dos estados do nordeste brasileiro (Baseado em relato de agricultor, 56 anos, 2002).

Em 1955, a Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Vegetal LTDA, com sede em São Paulo, investiu recursos na região, comprando a área, estimulada por um decreto do então presidente da República Getúlio Vargas, que obrigava toda multinacional existente no Brasil a investir 20% (vinte por cento) dos recursos destinados ao país na Região Amazônica. O decreto também ressaltava que as empresas que cumprissem com a lei, tinham 20 (vinte) anos de isenção fiscal, o que ocorreu com a Goodyear em São Francisco do Pará, no período de 1955 a 1975.

No início do projeto a empresa chegou a contratar cerca de 1500 (mil e quinhentos) trabalhadores rurais, para a implantação dos seringais. Havia na área seringais nativos que serviram como ponto de partida para a realização de pesquisas para o alcance de seringais produtivos e resistentes.

No período da contratação dos trabalhadores, foram atraídas centenas de pessoas com o intuito de empregar-se na empresa. A contratação era realizada pelo gerente, chamado Sr. Jones (americano). Esta contratação dava-se principalmente através da relação de parentesco existente entre os já empregados na empresa e novos trabalhadores (Agricultor, 62 anos, morador antigo da região).

A área ficou conhecida como “Granja Marathon”, e nos primeiros anos de implantação do projeto produzia borracha prensada (pré-beneficiada), que era enviada para São Paulo. A empresa também servia como atravessadora de borracha de outros produtores, devido ao incentivo fiscal que dispunha na época, não recolhendo impostos sobre o produto exportado.

⁸ Nome identificado pela população do município.

A divisão social do trabalho na empresa dava-se de forma hierárquica, havendo: o gerente geral, um sub-gerente, um chefe de campo e da indústria, capatazes e os trabalhadores de campo que eram agregados em turmas que desenvolviam trabalhos específicos. As turmas de campo reuniam cerca de 10 (dez) a 15 (quinze) homens para desenvolver tarefas diversas, como plantio de seringueiras, roçagens, pulverizações, adubações, podas, colheitas, entre outras. Eram comandadas por um capataz e desempenhavam sempre a mesma tarefa, buscando a especialização. Contudo, havia uma rotação de mão-de-obra, principalmente pelas constantes demissões, fazendo com que funcionários especializados pudessem assumir postos superiores na hierarquia (Seringueiro, 55 anos, ex-funcionário da Empresa Paracrevea).

Na indústria de beneficiamento do látex havia poucos trabalhadores, tendo em vista que a fábrica era toda automatizada, necessitando apenas de controladores das máquinas. Trabalhavam em torno de 10 (dez) pessoas na fábrica.

Havia uma divisão social entre os trabalhadores de campo (*peões*) e os industriais compostos pelos funcionários da fábrica, almoxarifado e escritório (*do quadro*). Estes últimos ganhavam mais, tinham casas melhores e ocupavam um lugar de destaque na hierarquia da empresa em relação aos trabalhadores de campo.

Em 1975, a Empresa muda de razão social e passa a chamar-se Paracrevea Borracha Vegetal S. A., tendo 99% (noventa e nove por cento) do seu capital pertencente a Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Vegetal LTDA. Com o fim dos incentivos a Empresa elabora um projeto buscando financiamento da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), onde buscava ampliar o seringal de 600.000 (seiscentos mil) para 1.400.000 (um milhão e quatrocentos mil) pés, investir em infra-estruturas fixas e semi-fixas, uma fábrica de látex e a geração de 2000 (dois mil) empregos diretos até o ano de 2000.

O projeto foi aprovado pela SUDAM, concedendo-lhe também novo incentivo fiscal. Das metas estipuladas pelo referido projeto algumas não foram alcançadas, como o plantio de novas áreas, sendo feito apenas a metade do planejado e, conseqüentemente, a geração de empregos.

Com a queda do preço da borracha em 1989 no mercado interno, por conta da liberação das importações do produto vindo da Ásia, inicia-se uma significativa crise.

Em 1991 a Empresa reduz seu quadro funcional, iniciando um abandono dos novos plantios e preconizando a morte das seringueiras produtivas com o uso de sangrias inadequadas e o uso indiscriminado de agrotóxicos, que além de dizimar as seringueiras, causou a contaminação

dos igarapés que serviam às famílias dos trabalhadores (Sindicalista, 33 anos, em entrevista ao autor).

Após o término do segundo projeto, em 1993, a empresa começa a ter sérios problemas de produtividade,⁹ tornando o projeto inviável economicamente. Com isso, a Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Vegetal LTDA cria uma nova empresa no Estado de Mato Grosso, denominada de Araguaiahevea e transfere para lá todas as máquinas, veículos, implementos e equipamentos. Desta forma, visando saldar dívidas junto ao Banco de Crédito Nacional (BCN), a Paracrevea entregou a propriedade ao referido banco, ficando com a fábrica de produção de borracha granulada como arrendatária.

O novo proprietário da empresa realizou demissões em massa, reduzindo o quadro de funcionários de 300 (trezentos) para 30 (trinta), deixando apenas os serviços essenciais (administrativo). A partir desta ação, a empresa passou a incentivar a terceirização dos serviços através da criação de pequenas empresas, deixando de pagar os direitos trabalhistas. Foram criadas três empresas em forma de associação, onde os trabalhadores rurais eram responsáveis pela extração do látex nos seringais, repassando-o para a Paracrevea realizar o beneficiamento.

A ORGANIZAÇÃO SINDICAL E A OCUPAÇÃO DA EMPRESA PARACREVEA.

Ator importante na luta pela terra no Município de São Francisco do Pará, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) foi o principal mediador do processo de conquista da área da Paracrevea Borracha Vegetal S. A. pelos agricultores familiares.

De acordo com Guerra:

“Os STRs agregam agricultores e criadores que baseiam suas produções em culturas alimentares (feijão, arroz, milho, mandioca, fruteiras), em criações de animais de pequeno porte ou de bovinos, em pequena escala. Utilizam fundamentalmente a mão-de-obra familiar, assalariam eventualmente ou trocam serviço, possuem ou cultivam em até três módulos rurais (150 hectares) e se articulam ao mercado através dos excedentes dos seus cultivos. Assalariados e outras categorias afins ao meio rural (oleiros, carvoeiros, tratoristas) costumam se abrigar no mesmo sindicato...” (1999 p.01).

Com características semelhantes, o STR de São Francisco do Pará foi fundado em dez de junho de 1973, e é um dos principais mediadores envolvidos no processo de constituição do Assentamento Luiz Lopes Sobrinho, articulador e dirigente do processo de ocupação da PARACREVEA, como demonstra o documento enviado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Pará, pelo então presidente do STRSFP na ocupação da antiga PARACREVEA:

“O Sindicato convocou uma Assembléia com os empregados para o dia 19 de março de 1996 e nessa foi definida uma greve do setor produtivo, campo e fábrica.....O Sindicato achando haver a situação ultrapassado suas esferas, uma vez que, o projeto apresenta fortes características de mudanças que irão influenciar a situação econômica, ecológicas e social dos trabalhadores e do próprio município (transformação da área da empresa em pasto para criação de gado) decidiu a ocupação da área até a resolução do problema”. (O. S., 41 anos – Presidente do STR - SFP, 1996).

No entanto, o sindicato já foi marcado pela imobilidade e pelo assistencialismo social no período da Ditadura Militar. Guerra & Marin ressaltam a criação de organizações sindicais sobre a tutela do Estado neste período: “forma-se uma visão do sindicalismo previdenciário, assistencialista e preocupado com ações legais junto a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), distante das questões discutidas nos dez ou quinze anos que antecederam o golpe de 1964”(1990, p. 51).

Durante o período da Ditadura Militar “as organizações nascem, consolidam-se e crescem com o apoio dos órgãos públicos” (Guerra & Marin, 1990, p. 52). As diretorias são esvaziadas e com constantes intervenções do Ministério do Trabalho, havendo até substituição dos trabalhadores por funcionários das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) que ocupavam cargos de presidência. As lideranças sindicais eram “presas, intimidadas, aterrorizadas” (Guerra & Marin, 1990, p. 52).

Em 17 de agosto de 1975 foi aprovado em Assembléia Geral a entrada do Sindicato na Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Pará (FETAGRI), dirigida pelos “pelegos”, com o objetivo de participar de um Programa de Bolsas de Estudos (PEBE) concedido pelo Ministério do Trabalho (Livro de Ata do STRSFP, em 17 de agosto de 1975).

⁹ De acordo com Pinheiro et al “nos últimos anos de administração da GOODYEAR, os seringais produziam a média de 190 Kg de borracha seca/ha/ano. A média de produção dos seringais maduros de São Paulo é de 1200 Kg de borracha seca/ha/ano” (1997, p. 12)

Somente a partir do seu terceiro presidente, José Galvão de Lima, é que o STR passa a ter uma postura política frente à exploração dos latifundiários e empresários rurais da região. De acordo com Guerra & Marin (1990) formaram-se equipes de educação sindical que promoveram encontros sobre a questão da terra e pouco a pouco foram assumindo novamente os sindicatos e em 1987, reassumem a FETAGRI, “numa perspectiva de novo sindicalismo” (Antunes, 1991), fato regional acompanhado pelo STR de São Francisco do Pará.

Desde 1986, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco do Pará (STRSFP) reorganizava-se, fazendo campanhas salariais anuais na Paracrevea, ganhando com isso, força no Município. A principal pauta do Sindicato dizia respeito ao cumprimento das metas estipuladas pelos projetos financiados pela SUDAM, principalmente no que se referia à geração de empregos e ao pagamento dos direitos trabalhistas dos empregados demitidos. O STRSFP era fortemente reprimido, havendo até listas dos nomes de sindicalistas que após suas demissões, eram repassadas para outras fazendas e empresas rurais da região, para evitar a contratação dos referidos trabalhadores.

Em 1995, a Empresa vendeu o patrimônio para o Sr. Odilon Claro de Oliveira Júnior, residente na cidade de Santana do Parnaíba em São Paulo que, segundo informações de dirigentes sindicais da época, pretendia transformar a área em um projeto pecuário com implantação de criação de gado bovino, como demonstra o discurso de um sindicalista, membro do STRSFP que acompanhou o processo de ocupação:

“...Em 1994, quando foi vendida a empresa pra um grupo de fazendeiros, mas aí foi feito um acordo, um contrato entre a PARACREVEA e o Odilon, que foi o fazendeiro que comprou, que chama-se um contrato de comodato. As terras era do Odilon, todo patrimônio e a PARACREVEA ficou só com seringal, pra explorar o seringal. Isso daí o contrato foi por dois anos. Em 1996 foi que nós descobrimos que a empresa tinha sido vendida e tinha sido feito esse contrato, quando tava terminando e o objetivo era acabar com o seringal e depois transformar num pasto pra criação de gado, isso logicamente ía dá serviço pra o que?, nem pra dez pessoas. Todas as casas que tinha lá, todo aquele patrimônio ía ser tudo vendido, tudo desmanchado e o mato ía cobrir tudo”(J C., 33 anos, em entrevista ao autor em 25/05/2001).

Em 24 de maio de 1996, o STRSFP e a Cooperativa Livre União de São Francisco do Pará (COOLIVRE), criada a partir de uma experiência de um Grupo de Mutirão Agrícola,

juntamente com 108 famílias de trabalhadores da Paracrevea, fizeram uma greve de ocupação na Empresa.

Com a ocupação, a COOLIVRE transfere-se para dentro da área, onde os trabalhadores assumem todo o controle da produção, organizando-se para o plantio de culturas de subsistência e extração do látex. A ocupação é iniciada com 108 famílias, mas rapidamente o número de ocupantes sobe para aproximadamente 300. Estes agricultores foram cadastrados pelo STR para ser acampados no intuito de fortalecer a ocupação. Contudo, é feita uma seleção entre as famílias, permanecendo em torno de 230 na área. A seleção é realizada a partir dos seguintes critérios: prioridade aos trabalhadores da Empresa, aos trabalhadores demitidos da mesma e, aos sem-terras da região que participaram do processo de ocupação da área.

O que se verifica nessa ocupação é uma história de operários agrícolas, ligados à terra da Empresa por um longo período de mais de sete décadas. Assim como se encontram estudos de operários urbanos que criam ligações afetivas com suas empresas por terem participado de sua história. Isto parece um caso específico de um operariado rural que, na eminência de uma falência da empresa, se dispõem à uma gestão coletiva ou ao aproveitamento da terra por conta de ligações econômicas, mas também afetivas com esta área. A história da íntima relação com a terra justifica a ocupação, o projeto de assentamento e melhoria do lugar e adquire uma feição de relevância.

Este legado se reforça pela participação na implantação de toda a estrutura ali existente (seringal, instalações físicas, escolas casas, etc.), o que dá um sentido de pertinência muito forte. Este sentimento de pertinência pode ser expresso pelo discurso dos mais antigos.

Existem sindicalizados em todas as “comunidades” rurais e na sede do Município de São Francisco. Contudo, o Assentamento Luiz Lopes Sobrinho (granja Marathon), possui o maior número de sindicalizados, fruto das incursões do STR e principalmente da resposta econômica que o mesmo tem dado após os processos de lutas. Hoje, o Assentamento é considerado um espaço estratégico para o movimento sindical do Município, não apenas como modelo a ser seguido por outros trabalhadores que desejem conquistar sua terra, mas como polo de aglutinação política, necessário nos momentos de lutas no campo político local e regional.

Medeiros & Leite (1997) ressaltam que os assentamentos fortaleceram os movimentos de luta pela terra, uma vez que se constituíram em prova da eficácia das pressões intensas, em especial das ocupações de terra e acampamentos; provocaram rearranjos institucionais, rebatendo na necessidade de um aparelhamento do Estado para lidar com essa nova realidade (não só em

termos de criação de novos organismos ou reformulação dos existentes, nos governos estaduais e federais, mas também de novas leis e regulamentações); geraram empregos e, de alguma maneira, aumentaram o nível de renda das famílias assentadas, com reflexos na economia municipal e regional; alteraram, em maior ou menor medida, as relações de poder local.

CONCLUSÃO

A Reforma Agrária no Brasil não se configurou como uma política pública que diminuísse as desigualdades sociais e econômicas no campo, e sim houve um aumento da luta pela terra, através da reorganização dos movimentos sociais rurais a partir da segunda metade da década de 80, obrigando o estado brasileiro a definir uma política que pudesse conter o aumento das ocupações de terra no país, bem como assentar as famílias de sem-terra já acampadas.

O sindicalismo rural no município de São Francisco do Pará fundou-se numa perspectiva de controle, realizado pelo estado, impondo-lhe uma dinâmica clientelística, que através de relações personalizadas, constituía um importante instrumento de freio na organização política dos trabalhadores rurais daquela região. Entretanto, a partir do final da década de 70, acompanhando um movimento nacional de democratização do país, os trabalhadores assumem o sindicato, transformando-o no principal agente de representação político-social da região. Os agricultores do assentamento Luiz Lopes Sobrinho, são parte fundamental desta mudança no sindicalismo municipal, pois através das constantes campanhas salariais, reivindicações de melhores qualidades de trabalho, greves junto a Empresa Paracrevea, construiu-se uma consciência coletiva, culminando na ocupação da empresa em 1996.

Um aspecto relevante neste processo é a conformação de um agricultor que luta coletivamente, através da ocupação de terras, prédios públicos, de baixo da lona preta, sem perder suas características de trabalhador rural vivida no cotidiano. Este agricultor de matriz camponesa (Guerra, 2001), divide as tarefas diárias e fundamentalmente o produto deste trabalho com sua família.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. Reforma Agrária, desenvolvimento capitalista e democracia. IN: LEAL, Laurindo (org.). **Reforma Agrária da Nova República**: contradições e alternativas. São Paulo: Cortez/EDUC, 1986.

ANDRADE, J. A. Carvalho de; Albuquerque, Manoel J.; Menezes, Conceição R. de. **Lumiar: projeto de Assentamento Luiz Lopes Sobrinho**. São Francisco do Pará: INCRA/POEMAR, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo**. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. **Luta pela terra e modernização da agricultura**. 13 (2), jul/dez. CEAS, 1997.

BAUER, Carlos. **Contribuição para a história dos trabalhadores brasileiros: a hegemonia vermelha**. Vol. II. São Paulo: Pulsar, 1995.

CARDOSO, Antônio (Coord.). **Plano de desenvolvimento do assentamento Cristal – Santa Luzia do Pará**. Belém: INCRA/FADESP/UFGA, 2000.

CARDOSO, Antônio (Coord.). **Plano de desenvolvimento do projeto de assentamento João Batista- Castanhal/PA**. Belém: INCRA/FADESP/ UFGA, 2001.

CARVALHO, David Ferreira de. **Formas de acumulação e dominação do capital na agricultura e campesinato na Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA/PLADES, 1984 (Tese Mestrado).

CARVALHO, Horácio M. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma Agrária no Brasil**. Curitiba: Ministério Extraordinário de Política Fundiária e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. 1999. Disponível em <http://www.daterra.org.br>. Acesso em 15 de março de 2001.

CONCEIÇÃO, Maria de F. C. da. **Políticas e colonos na Bragantina, estado do Pará: um trem, a terra e a mandioca**. Campinas: UNICAMP, 1990. (Dissertação de Mestrado).

CONCEIÇÃO, Maria de F. C. da. **Projetos de colonização: as grandes questões**. IN: IBAMA. **Amazônia: uma proposta interdisciplinar de educação ambiental – temas básicos**. Brasília: IBAMA, 1994.

ÉGLER, Eugênia Gonçalves. **A zona Bragantina no estado do Pará**. Revista Brasileira de Geografia n° 23 (3), 1961.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Disponível em <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em 25 de setembro de 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Que Reforma Agrária?**. FCT/UNESP, 1998. Disponível em < <http://www.cpp.inf.br>> (seção desenvolvimento rural/banco de dados). Acesso em 13 de janeiro de 2002.

FERREIRA, Brancolina. **Estratégias de intervenção do estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do governo federal**. IN: MEDEIROS, Leonilde; BARBOSA, Maria Valéria; FRANCO, Mariana Pantoja; ESTERCI, Neide; LEITE, Sérgio (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP, 1994.

FERREIRA, B. & TEIXEIRA, J. G. **Constituinte e reforma agrária: embates de classe.** São Paulo: ANPOCS/ Vértice, 1988.

GONH, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 1997.

GRZYBOWSKI, Cândido. Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. IN: STÉDILE, João Pedro (Coord). **A questão Agrária hoje.** Porto Alegre: UFRGS, 1994.

GUANZIROLI, Carlos Enrique & CARDIN, Silvia Elizabeth de C. S. (coords.). **Novo retrato da agricultura familiar no Brasil: o Brasil redescoberto.** Brasília: Convênio INCRA/FAO, 2000.

GUERRA. Gutemberg Armando Diniz & MARIN, R. E. A. **Das Associações de Lavradores aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais: o caso do Pará.** Salvador: Caderno do CEAS n°126, 1990.

GUERRA. Gutemberg Armando Diniz. **O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no sudeste paraense.** Belém: UFPA/NAEA, 2001.

GUERRA. Gutemberg Armando Diniz. **Sindicatos Patronais versus Sindicatos de Trabalhadores Rurais no estado do Pará.** Belém: UFPA/NAEA, 1999. 16p.

GUIMARÃES, Juarez.. **Os sem-terra e a democracia.** Disponível em <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em 13 de novembro de 2000.

HOMMA, Alfredo Kingo O. **Meio ambiente e desenvolvimento agrícola na Amazônia.** XXXIII Congresso Brasileiro de Fitopatologia, 2000.

IAAM/CERIS. **Relatório de Atividades de Campo: Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental de Comunidades Rurais Amazônicas.** Castanhal, 2000. (Projeto N° 012/2000-MIS).

IBGE. **Censo Agropecuário de 1995-1996.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 04 de outubro de 2000.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo & SABOURIN, Eric. **Representação e construção da ação coletiva nos sindicatos rurais.** Foz do Iguaçu: 37° Congresso da SOBER, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

MDA/INCRA. **Relatório de atividades do INCRA – 30 anos.** Brasília: MDA/INCRA, 2001.

MEDEIROS, L. Servolo de. **Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões.** Disponível em: <http://www.Daterra.org.com.br>. Acesso em 12 de janeiro de 2002.

MEDEIROS, Leonilde S. de & LEITE, Sérgio **Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais.** Rio de Janeiro: CPDA/Debates,dez.,1997.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: FASE,1989.

OLIVEIRA, Ariolaldo U. de. O campo brasileiro no final dos anos 80. IN: STÉDILE, João Pedro (Coord). **A questão Agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

PASCOALOTTO, D. & HACKBART, R. **O sindicalismo rural está em crise**. Curitiba, 1989.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Problemas de colonização e uso da terra na região Bragantina do estado do Pará**. Vol. 1. Belém: UFPA, 1967.

PINHEIRO, Eurico; SILVA, Hércules M. e; VIÉGAS, Ismael de J. M.; VALENTE, Moacir A. **Avaliação agrotécnica dos seringais Marathon, São Francisco e Santana, situados no município de São Francisco do Pará**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1997. (Relatório Técnico).

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: UFSC, 1987.

SOUSA, Romier da Paixão. **Granja Marathon: a luta pela terra e a organização do trabalho em um assentamento rural no Nordeste do Pará**. Belém: UFPA – Centro Agropecuário/Embrapa Amazônia oriental, 2002. (Dissertação de Mestrado).

STÉDILE, João Pedro. **A questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.

TRECCANI, Girolando Domenico. **Violência e glilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará**. Belém: UFPA/ITERPA, 2001.

VARELLA, Marcelo Dias. **Introdução ao direito à reforma agrária**. Florianópolis: UFSC, sd.

VASCONCELOS, Marcelo Augusto Machado (Coord.). **Diagnóstico para o plano de desenvolvimento sustentável da paragonorte-2000 – 2005**. Belém: INCRA/FANEP, 2000.

VEIGA, José Eli da. Fundamentos do agrorreformismo . IN: STÉDILE, João Pedro (Coord). **A questão Agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

VEIGA, José Eli. **O que é reforma agrária**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984.